

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Paulete Cykman Rodrigues Alves**

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO:  
UM LUGAR PEDAGÓGICO E DEMOCRÁTICO**

**Novo Hamburgo, RS  
2018**

**Paulete Cykman Rodrigues Alves**

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO:  
UM LUGAR PEDAGÓGICO E DEMOCRÁTICO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional a Distância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Orientador: Prof. Dr. Joacir Marques da Costa**

Novo Hamburgo, RS  
2018

**Paulete Cykman Rodrigues Alves**

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO:  
UM LUGAR PEDAGÓGICO E DEMOCRÁTICO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional a Distância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 1º de dezembro de 2018:**

---

**Joacir Marques da Costa, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Debora Ortiz de Leão, Dra. (UFSM)**

---

**Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM)**

---

**Carmen Damaris da Silva, Ms. (UFSM)**

Novo Hamburgo, RS  
2018

## AGRADECIMENTO

À Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um mundo novo de possibilidades.

À minha mãe Fany (*in memoriam*), que durante toda a sua vida, soube me mostrar a importância dos estudos para meu crescimento, como pessoa e como profissional.

Ao meu esposo Ricardo, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais viva de verdade. Obrigado pelo carinho e pela paciência em cada momento que tive que me ausentar.

Ao meu filho Bernardo, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades.

## RESUMO

### **CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: UM LUGAR PEDAGÓGICO E DEMOCRÁTICO**

AUTORA: Paulete Cykman Rodrigues Alves

ORIENTADOR: Joacir Marques da Costa

O presente trabalho se dedica ao estudo do conselho de classe participativo, uma prática importante para que aconteça uma reflexão, tanto por parte dos educadores como pelos educandos, passando a possibilitar um desenvolvimento analítico, bem como fornecer aos alunos caminhos para a construção de novos conhecimentos. Assim, este trabalho monográfico objetiva questionar como o conselho de classe participativo pode-se tornar um lugar democrático, de modo a minimizar dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, que busca entender problemas da área da educação e buscando soluções para esse revés. A coleta de dados foi por observação, sendo que o estudo dos dados aconteceu através de análise de conteúdo. Através da pesquisa chega-se a um conhecimento mais minucioso do resultado dos processos em que estão envolvidos. Práticas escolares que requerem a participação dos alunos de modo mais efetivo, contribuem para a sua socialização, sendo importante ferramenta no processo de desenvolvimento dos indivíduos, de modo saudável dentro da sociedade em que estão inseridos. É função da escola, como instituição propor práticas pedagógicas e pautar suas ações com o objetivo de proporcionar aos educandos uma formação ampla e capaz de promover o desenvolvimento de suas capacidades nas diversas dimensões que os caracterizam como seres humanos. Neste contexto, alguns elementos presentes no ato educativo precisam ser reinterpretados, possibilitando ao educando o acesso a deliberações da escola, obtendo uma postura crítica no que diz respeito às formas de avaliação e o modo como lidar com os resultados obtidos.

Palavras-chave: Conselho de classe. Participação. Gestão Democrática. Formação.

## **ABSTRACT**

### **PARTICIPATIVE STUDENT PERFORMANCE EVALUATION: A PEDAGOGICAL AND DEMOCRATIC PLACE**

**AUTHOR:** Paulete Cykman Rodrigues Alves

**ADVISOR:** Joacir Marques da Costa

The present work aims to study the participative student performance evaluation, an important practice for the reflection to happen, not only by the teachers but also by the students, making an analytical development possible, also providing the students with ways to build new knowledge. Thus, this monograph aims to question how the participative student performance evaluation can be a democratic place, minimizing difficulties in the teaching-learning process. The methodology used in this monograph is qualitative approach, looking to understand the problems concerning the education area and finding solutions to them. The data collection was by observation and the study of the data it happened by analysis. Through this research, a more detailed knowledge of the processes involved will be reached. School practices that require a more effective participation of students, contribute to their socialization, being an important and healthy tool to the individual development process in the society which they are inserted. It is under the school responsibilities as an institution to purpose pedagogical practices to the students aiming to provide a wide formation, capable of promoting their abilities in the different dimensions that make them human beings. In this context, some educative actions need to be reinterpreted, making it possible to the student access the school deliberations, acquiring a critical-thinking posture concerning the evaluation forms and the way of dealing with the results gotten.

**Key-words:** Student performance evaluation. Participation. Democratic management. Formation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR AO CONTEXTO ESCOLAR .....</b>	<b>10</b>
<b>3 CONSELHO DE CLASSE: UM MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO .....</b>	<b>15</b>
3.1 A ESTRUTURA DO CONSELHO DE CLASSE: DIRECIONANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	19
3.2 ASSEMBLEIA: UM MOMENTO PEDAGÓGICO-PARTICIPATIVO.....	21
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se tornou tema de estudo após anos de considerações e ponderações em escolas, onde senti a necessidade de mudanças. Os conselhos de classe sempre foram momentos em que os professores se reuniam, junto à equipe gestora, para deliberarem sobre o futuro dos alunos, nem sempre pensando no desempenho, sendo por vezes, o comportamento e a conduta alvos de maior interesse.

Na vivência em educação, o conselho de classe sempre me deixou questionamentos e insatisfações com os resultados, com as concepções dos professores, com a distância entre o processo de aprendizagem e a falta de coerência com a prática pedagógica. E a partir dessas análises, busco compreender a organização da ação, que envolve o conteúdo, a metodologia de ensino e as relações afetivas, assim interagindo de forma que se chegue ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Acredito que o processo de gestão democrática dentro da escola deve estar focado em ações que busquem a participação da comunidade escolar, ou seja, alunos, pais, equipe gestora, professores e demais funcionários, tendo participação em decisões de todos os processos, sendo necessário que fiquem claros os papéis de cada indivíduo atuante, e assim compreender que a democracia é condição para a qualidade da educação, já que possibilita que se criem vínculos entre toda a comunidade e envolva diferentes responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, dando-lhes elementos para seu pleno desenvolvimento e de uma educação de qualidade.

A partir destes questionamentos, foi sentida a necessidade de buscar subsídios para modificar esse pensamento e aclarar os argumentos da equipe, para juntos encontrarmos justificativas que se encaixem nos casos de fracasso escolar, observando que muitas vezes as explicações podem ser excludentes entre si.

O tema proposto para o projeto de pesquisa se justifica na medida em que se faz essencial uma reflexão para avaliar o desempenho dos estudantes e do processo educativo, de modo que as metodologias aplicadas possam ser reavaliadas sempre que se fizer necessário. Após essa reavaliação pedagógica, onde todos os

participantes do processo possam envolver-se, é imprescindível que aconteça uma busca pela melhora em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, tem-se como problemática de pesquisa a seguinte questão: Como o conselho de classe pode-se tornar um lugar democrático de modo a minimizar dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem? Logo, o objetivo geral visa compreender o conselho de classe como um lugar democrático na perspectiva de minimizar dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem. Os objetivos específicos para que a pesquisa se desenvolva seguem sendo:

- auxiliar a conscientização dos resultados do processo de aprendizagem dos alunos e do esforço individual e em conjunto da turma para a busca de melhores resultados;
- analisar as dificuldades encontradas tanto pelos professores quanto pelos alunos no que diz respeito às avaliações e suas repercussões na finalização de seus conceitos e notas;
- estimular na busca de uma percepção sobre a gestão democrática, desenvolvendo o entendimento das posturas dentro do estabelecimento de ensino e favoreçam a formação do cidadão estudante;
- analisar o direito de participação nas decisões que afetam os estudantes, corroborando para nortear novas articulações no processo de ensino-aprendizagem,

A metodologia utilizada para esta pesquisa é de abordagem qualitativa, que segundo Fonseca (2002, p. 27)

preocupa-se com a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis e tem o objetivo de compreender os problemas da área da educação, buscando a resolução de um problema coletivo, seguindo-se as soluções sob forma de ação concreta. Trata-se de um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

A pesquisa qualitativa tem como finalidade conseguir dados voltados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas. Objetiva entender o problema do ponto de vista deste grupo em questão.

A coleta dos dados será por observação, sendo que o estudo desses dados acontecerá através da análise de conteúdo, que Caregnato (2005, p. 682) “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem”. Segundo Bardin (1977, p. 44), “a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”.

Para que se possa fazer uma boa reflexão sobre o conselho de classe participativo, o tipo de pesquisa que será utilizado é o de pesquisa bibliográfica, que consiste na coleta de informações a partir de textos, livros, artigos e demais materiais de caráter científico. Esses dados são usados no estudo sob forma de citações, servindo de embasamento para o desenvolvimento do assunto pesquisado. É um método teórico e que se foca em analisar os ângulos distintos que um mesmo problema pode ter, ao consultar autores com diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto.

Essa pesquisa está organizada em dois capítulos, sendo que o primeiro se baseia em uma reflexão sobre gestão democrática dentro do contexto escolar, buscando uma análise do funcionamento das rotinas escolares, envolvendo toda a comunidade numa busca pelo papel social da educação em seus processos de organização e gestão, favorecendo procedimentos coletivos e participativos de decisão. O segundo capítulo se detém a uma análise dos processos de democratização do conselho de classe e do funcionamento de uma assembleia participativa, considerando e refletindo sobre todo o processo pedagógico e seus resultados, ou seja, a busca de alternativas através de reflexões a respeito da realidade vivenciada relacionando-a ao desenvolvimento escolar, considerando esse reflexo na importância para o processo educativo.

## 2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR AO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com a Constituição (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal; das incumbências da União, dos Estados e dos Municípios; das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional; e da oferta de educação escolar pelo setor público e privado. No âmbito do Poder Público, a educação é tarefa compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal (DF) e os Municípios, sendo organizada sob a forma de regime de colaboração (CF, Art. 211 e LDB, Art. 8º). As competências e atribuições dos diferentes entes federativos foram explicitadas através de Emenda Constitucional (EC n. 14/96, Art. 3º) e detalhadas pela LDB (Art. 9º, 10, 11, 16, 17, 18 e 67).

A gestão escolar, como o próprio nome diz, refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino. A LDB (BRASIL, 1996) foi a primeira das leis de educação a dispensar atenção particular à gestão escolar, atribuindo um significativo número de incumbências às unidades de ensino. Segundo Lück (2000, p.7)

No contexto da educação brasileira, tem sido dedicada muita atenção à gestão na educação que, enquanto um conceito novo, superador do enfoque limitado de administração se assenta sobre a mobilização dinâmica e coletiva do elemento humano, sua energia e competência, como condições básicas e fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino e a transformação da própria identidade da educação brasileira e de suas escolas, ainda carentes de liderança clara e competente, de referencial teórico-metodológico avançado de gestão, de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas, pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos para a solução dos seus problemas.

A gestão educacional representa grande importância na educação, já que é através dela que todas as questões e dificuldades poderão ser resolvidas. O foco da gestão educacional é lidar com os aspectos relativos às rotinas escolares, assim como a obtenção de aprendizagens efetivas, de resultados e de liderança legítima.

A gestão escolar democrática demanda a participação de toda a comunidade escolar na gestão da instituição de ensino, buscando o papel social da educação e da escola, através de processos coletivos de tomada de decisão e participação, implicando na efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse

sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes agentes que constroem o cotidiano escolar.

A participação pode ser entendida, portanto, como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização. Ou seja, não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracterizam por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. Isso quer dizer que alguns processos chamados de participação não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, configurando-se como mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente.

Para que esse momento seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior. Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir: infraestrutura adequada, quadro de pessoal qualificado, apoio estudantil. Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal.

Para que as escolas brasileiras consigam efetivamente educar e instruir as novas gerações, é preciso que as leis que norteiam a organização didático-pedagógica, administrativa e jurídica, sejam do conhecimento da comunidade escolar: professores, especialistas, pais, alunos e comunidade em geral.

É evidente que, em princípio, a comunidade escolar deve conhecer direitos e deveres da sua responsabilidade. Aos professores e especialistas é reservado o compromisso maior de decodificar a legislação e, à partir de suas leituras, discussões e interpretações, possam desempenhar a docência com sabedoria e competência, ou sugerir mudanças que façam a diferença em sala de aula.

Com a redemocratização do país, período onde aconteceu a restauração da democracia e do estado de direito, entre os anos de 1975 e 1985, compreendeu uma série de medidas que foram ampliando as garantias individuais e a liberdade, a própria organização escolar passou a identificar-se pela gestão democrática. O papel dos diversos participantes do cenário educacional passou a ser de componentes ativos.

Segundo a LDB (BRASIL, 1996), a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica é a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade. Isto porque desta definição dependem muitas outras. A proposta pedagógica é, com efeito, o norte da escola, definindo caminhos e rumos que uma determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam em seu entorno. Não por acaso, os educadores têm tido especial interesse sobre a literatura acerca dessa matéria, expressando um desejo de traduzir em ação aquilo que dispõe a legislação educacional (VIEIRA, 2007, p. 62).

O Art. 12 da LDB trata de outra importante dimensão da gestão escolar, a relação com a comunidade. Assim, cabe à escola “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração” entre esta e a sociedade e, ao mesmo tempo, “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica” (Inc. VI e VII).

A gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. Tal como a gestão educacional e a gestão escolar, sua base legal remonta à Constituição de 1988 que define a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). No mesmo sentido também se expressa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que detalha o caput do artigo da Constituição, que utiliza os termos “na forma desta Lei”, acrescentando as palavras “e da legislação dos sistemas de ensino” (Art. 3º, Inciso VIII). O detalhamento da gestão democrática é estabelecido em lei, através de dispositivo que define os limites à expressão deste “valor público”, determinando que

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, Art. 14).

Um desafio se instala no sentido de aprender como se debate coletivamente sobre as aspirações e necessidades educacionais, de que forma deve ser colocado em prática o movimento de democratização da administração da educação e as práticas administrativas compartilhadas.

A gestão democrática, da forma como foi concebida na Constituição Federal de 1988, pode ser entendida como uma autêntica novidade, sobretudo após duas décadas de ditadura militar. Lembrando de que se tratava e um período em que se aprofundaram as raízes da centralização e do autoritarismo da gestão pública brasileira, principalmente nas escolas que viveram sob pressão e controle do modelo tecnicista.

Por isso, a integração da escola com a família e a comunidade, compreendida como um mecanismo de representação e participação política, e tendo o entendimento da gestão da escola sob a ótica da representação política, constitui um avanço em relação a ampliação da participação das decisões que dizem respeito ao sistema educativo e aos processos referentes à realização das política desse setor. Dessa forma, a gestão democrática passou a fazer parte das ações das instituições como direitos concretos de cidadania e não como dádiva de uma ou outra escola, em relação aos seus usuários.

A democratização da educação exige como condições mínimas para sua efetivação, a descentralização e autonomia das unidades escolares. No entanto, há uma nítida divisão entre as intensões e as práticas. Os Conselhos Deliberativos Escolares, por exemplo, só podem ser viabilizados diante e uma profunda alteração administrativa das estruturas dos sistemas educacionais nas esferas: federal, estadual e municipal. Há que se considerar que, a Constituição Federal fundamenta a gestão autônoma, assim também temos contemplado na nova LDB 9.394/96 em seu artigo 15, quando afirma que: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Com isso fica estabelecido em lei que cada escola pode propor o conhecimento pedagógico que julgar conveniente, de acordo com a realidade sócio-cultural em que está inserida, garantindo assim sua função pública de formação e instrução.

Em relação à qualidade de ensino, a gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, envolvendo necessariamente a formulação do projeto pedagógico. Assim como democratizar significa primeiramente a partilha de decisões, também a escola, para bem da gestão democrática, o poder de decisão precisa ser partilhado e o Conselho Deliberativo de escola apresenta-se como essencial nesse processo.

Assim, pode-se compreender que a gestão democrática e participativa

[...] está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino e de escolas. Desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para seus problemas e, portanto, mais adequadas às suas necessidades e expectativas, segundo os princípios da autonomia e participação [...] (LÜCK, 2006, P.44).

Assim, pensar em democratização da gestão em educação constitui-se sem dúvida num dos maiores avanços que a reforma educacional nos proporciona. Não obstante, ainda há muito por fazer, pois é necessária uma consistente formação de líderes que conheçam o setor educacional, tenham competências de liderança e comprometimento com o ensino de qualidade. De nada adianta a autonomia se não se consegue mobilizar adequadamente a comunidade escolar em busca da concretização de um ensino consistente, visando à aprendizagem mínima necessária ao enfrentamento dos desafios do mundo atual.

### **3 CONSELHO DE CLASSE: UM MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO**

O Conselho de Classe é a estrutura da escola responsável pela sistematização dos processos avaliativos, sendo um momento em que professores e equipe gestora se envolvem em apreciar o processo de ensino-aprendizagem em sua prática pedagógica, analisando e refletindo sobre todo o processo e seus resultados.

O Conselho de Classe pode estar acontecendo bimestral ou trimestralmente, dependendo da organização do projeto pedagógico da escola. É um momento em que se reúnem todos os envolvidos no processo pedagógico, onde se buscam alternativas para as dificuldades encontradas durante o período, através de reflexões a respeito da realidade em que estão inseridos.

Entretanto, essa busca pela realidade dos educandos é uma tarefa difícil e carregada de reverses, uma vez que possui um caráter muito subjetivo, dependendo da sensibilidade dos educadores, o que pode dificultar ou facilitar a interpretação do grupo. É importante que se tenha sempre uma visão aberta da situação em que estarão se envolvendo, para que nenhum aluno seja punido por suas baixas notas em detrimento a outros que atingem os objetivos propostos.

Os Conselhos de Classe foram instituídos no Brasil em 1971 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada naquele ano (Lei 5692/71) e refletia o autoritarismo característico da sociedade da época. Com a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 (Lei 9397/96) assegurando a todos o direito à educação sem discriminação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e a preparação para o exercício da cidadania, o Conselho de Classe teve suas funções redefinidas perante a comunidade escolar e sua função passou a ser a de avaliar a eficácia da ação pedagógica e não apenas verificar notas ou problemas disciplinares dos alunos.

Apesar dessa nova configuração e da sua importância para o processo educativo, muitas reuniões de Conselho ainda tracejam em buscar justificativas para os resultados obtidos ao invés de elaborar estratégias de superação das dificuldades encontradas tanto por alunos durante o ato de aprender como por professores durante o ato de ensinar. Esse impasse pode ser superado a medida em que toda a comunidade escolar (equipe pedagógica, professores, pais e alunos) participe conscientemente deste espaço com perspectiva de realizar um diagnóstico das ações

desenvolvidas, verificando e deliberando sobre a coerência entre o plano de trabalho docente, em seus objetivos, processos, conteúdos e avaliações, e a proposta pedagógica da escola.

O conselho de classe participativo é a busca de um novo fazer pedagógico, que rompe com conceitos pré-estabelecidos e com o individualismo, permitindo novos olhares e enfrentamentos para as dificuldades apresentadas, buscando maior entrosamento entre escola e comunidade escolar. Libâneo (2004, p.303) define Conselho de Classe como “uma instância que permite acompanhamento dos alunos, visando um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados”.

O conselho de classe nas escolas apresenta, na maioria das vezes, situações de classificação avaliativa dos alunos, objetivando a aprovação ou não dos estudantes, sendo uma reunião apreciativa em que os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem discutem sobre a aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avalia-lo frente a diversos pontos de vista. O problema encontrado nesse tipo de conselho de classe é a naturalização da reprovação, onde os professores sentem-se livres para manifestarem-se sobre os alunos, ponderando sobre o comportamento e problemas de indisciplina do aluno, tendo seu desempenho e sucessos desconsiderados. Poderá um conselho de classe participativo, com alunos e professores, contribuir para o sucesso escolar dos alunos?

O objetivo do conselho de classe participativo é desenvolver um processo de inovação, de modo que a modificação, através de uma educação reflexiva e participativa, produza a construção coletiva de soluções para alcançar maior sucesso educacional e a conseqüente transformação dos envolvidos no processo, de modo a desenvolver sujeitos auto reflexivos, esclarecidos e conscientes de seu papel no ambiente escolar e traçar novos caminhos para avaliação, onde o comprometimento de todos envolvidos seja frutificado pelas mudanças de atitudes em relação à escola, além de construir soluções coletivas, de modo coerente e inovador, visando alcançar maior sucesso educacional e a conseqüente transformação dos envolvidos no processo.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho

realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O conselho de classe participativo é uma discussão coletiva onde são apontadas as dificuldades dos alunos, professores e instituição de ensino na busca por melhorias.

É através da realização do Conselho de Classe que se torna possível a reunião de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de ponderar sobre a experiência cognitiva, além de possibilitar momentos onde os professores podem trocar experiências junto aos alunos, permitindo que possam repensar e reavaliar a sua prática pedagógica. Melchior (2004, p. 14) afirma que

A educação não está restrita aos papéis dos professores e dos alunos; outros fatores interferem no desenvolvimento da organização e das pessoas que ali buscam educação, assim todos vão ser avaliados. [...] A avaliação responde à necessidade de usar os resultados como forma de identificar o sucesso e a necessidade de reorientação do processo, para melhorar os resultados e obter a maior eficácia possível em cada instituição.

Porém, se o Conselho não for bem idealizado, poderá se transformar em situações estressantes para a equipe, onde acontecem apenas queixas e desabafos de acontecimentos, e seu real objetivo é deixado de lado. Infelizmente, em vez de deter a análise sobre o que o estudante produz, muitas vezes as discussões giram em torno daquilo que ele não faz, o que torna o momento desagradável para todos. Nesse sentido, é fundamental o grupo socializar práticas bem-sucedidas que possam ser replicadas - considerando que, muitas vezes, os bons resultados na aprendizagem aparecem apenas após a mudança nas estratégias de ensino.

A função do conselho - que deve contar, sempre que possível, com a participação do diretor, do coordenador pedagógico e do orientador educacional, além dos professores - não é julgar o comportamento dos alunos, mas compreender a

relação que eles desenvolvem com o conhecimento e como administram a vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas.

De acordo com o portal da Secretaria da Educação do Paraná (2011), quando trata do Conselho de Classe, afirma que as discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore sua aprendizagem, a metodologia do trabalho utilizada, o envolvimento do estudante em todos os componentes, o acompanhamento subsequente do estudante, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e os instrumentos de avaliação utilizados.

Para esses momentos se tornarem produtivos, é fundamental que os professores tenham clareza das finalidades de cada reunião. Muitas escolas organizam pré-conselhos durante o ano para a divulgação dos resultados parciais das avaliações. Já o encontro do fim do ano tem o objetivo de decidir sobre aprovações ou retenções.

O responsável pela organização desse evento deve definir previamente com o grupo quais alunos apresentam maiores problemas e, por isso, terão as suas produções analisadas. Assim, ao longo dos meses ou das semanas que antecedem o encontro, os professores podem se preparar, observando o trabalho desses estudantes e identificando a natureza de suas dificuldades. Essas são informações preciosas a serem compartilhadas e discutidas com os demais docentes. Posteriormente, cabe ao orientador comunicar aos alunos e suas famílias o que foi discutido durante a reunião. Nesse sentido, é primordial socializar as práticas bem sucedidas que possam ser replicadas.

Tudo isso só será possível se os gestores planejarem um conselho de classe que ajude os docentes a ampliar o olhar sobre o desempenho da turma e a própria prática, propiciando assim a melhoria da qualidade do ensino.

A participação de todos os professores garantem um enfoque interdisciplinar, pois a análise conjunta de professores de todos os componentes curriculares afirma o caráter deliberativo na avaliação do processo, estabelecendo relações capazes de socializar dificuldades e desenvolver uma visão mais abrangente, articulada e objetiva da realidade.

### 3.1 A ESTRUTURA DO CONSELHO DE CLASSE: DIRECIONANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

“A necessidade de uma proposta para reestruturação do conselho de classe se faz necessária, visando dar mais sentido e coerência ao processo avaliativo” (RICHTER, 2008, p. 25).

Os conselhos de classe participativos são importantes expedientes de possibilidades para superação de problemas pedagógicos, especialmente quando seus articuladores apresentam a habilidade de gerenciar a contradição do colegiado.

Uma instância colegiada que torna-se peça chave para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo de trabalho pedagógico e, por outro lado, pode ser concebida como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescritiva e burocrática, se preocupa com os processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico. Para tanto, o conselho de classe participativo é o momento de refletir “como acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensinagem, bem como diagnosticar os resultados e atribuir-lhes valor”. (SANDER, 2005)

Para o real papel do conselho de classe, deve-se pensar numa nova estrutura para seu funcionamento que leve em consideração, conforme apontado por Cruz (1994; 2005, apud RICHTER, 2008): a autoavaliação crítica e reflexiva do professor quanto à sua ação pedagógica no trimestre; a discussão sobre o perfil da turma; o levantamento de estratégias coletivas para a realização da intervenção pedagógica; e por última a discussão sobre os casos críticos da turma.

A autoavaliação crítica e reflexiva do professor quanto à sua ação pedagógica, irá auxiliá-lo no redirecionamento de suas práticas avaliativas e pedagógicas, proporcionando desta forma a aprendizagem mais eficiente do aluno. Segundo Richter (2008, p. 25),

A autoavaliação possibilita ao professor: refletir sobre o próprio trabalho; tornar-se um avaliador de si mesmo e autônomo de suas decisões; quebrar com o preconceito de que só aluno é avaliado; conscientizar que o coletivo sobrepõe à ação individual; criar condições de aproximação com o aluno, favorecendo relacionamento de companheirismo; olhar os erros como parte do processo, para que haja construção conjunta do saber.

Richter (2008, p. 26) ainda declara que

[...] neste momento, o coletivo fará um diagnóstico da turma levantando suas necessidades, para que juntos possam propor ações concretas de atitudes que possam produzir as modificações desejadas. Para obter informações do despenho da turma, faz-se necessário alguns questionamentos como: Os alunos participam da aula? como eles participam? Como identificar se o aluno está participando da aula? Em relação à participação dos alunos, é importante observar se os alunos: fazem questionamentos dos conteúdos trabalhados em sala? Realizam as atividades propostas? São comprometidos com o material? Trabalham em grupo? Cooperam com os colegas e professor? Um ponto fundamental que irá nortear essa nova estrutura de conselho de classe é o que está definido no Projeto- Político Pedagógico quanto ao que se deseja avaliar, tanto em relação à escola como à turma. Após o diagnóstico da turma, o coletivo vai propor ações para sanar as dificuldades levantadas, tornando a ação pedagógica conjunta e transformadora do processo de ensino-aprendizagem.

Já Moraes, Stella e Teruya (2011, p. 235) acredita que

É fundamental que as mudanças se dêem nas formas de organização das instituições escolares, de forma que, tudo favoreça uma nova discussão com uma real possibilidade de mudança. É preciso que, todos estejam participando desse novo olhar, mesmo que não sendo um consenso, é importante essa garantia, do espaço solidário e democrático da ação. Os conselhos de classe deveriam ser momentos muito especiais, para uma leitura e reflexão do que ocorre no cotidiano escolar, incluindo as práticas professorais, além dos alunos. Esse espaço de interlocução entre os pares pode fortalecer o compromisso com o aspecto mais amplo da educação, bem como, com a consolidação das instâncias democráticas na escola, ensejando a materialidade de práticas sempre solidárias, tendo a avaliação como princípio da mudança. Entretanto, a realidade do conselho de classe nas escolas demonstra em sua grande maioria, um momento em que as práticas de exclusão se dão mais efetivamente. Longe de ser um momento estritamente pedagógico, se revela um momento burocrático de aprovação ou reprovação.

Os conselhos de classe participativos são importantes estratégias na busca de alternativas para superação de problemas pedagógicos, sendo um momento de refletir em como acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem bem como detectar os resultados. Considerando que o Conselho de Classe é:

(...) um espaço educativo que mobiliza o coletivo escolar em prol de processo de luta pela democratização do saber, está sempre aberto a novos encaminhamentos, amplia a possibilidade de novas perspectivas de formação humana e de relações efetivas de trabalho, na medida em que todos os membros da comunidade escolar apreendem conscientemente a força transformadora desse instrumento (PARANÁ, 2008, p. 26).

Espera-se que os professores, nos Conselhos de Classe, deixem de evidenciar as práticas classificatórias e excludentes. Segundo Dalben (1995, p. 114)

(...) o papel do Conselho de Classe no cotidiano escolar tem sido mais o de reforçar e legitimar os resultados dos alunos, já fornecidos pelos professores e registrados em seus diários, e não de propiciar a articulação coletiva desses profissionais num processo de análise dialética, considerando a totalidade.

Segundo Gandin (1996, p. 103), não propomos que se reúnam os professores para se entregarem as notas/conceitos dos alunos e muito menos para dizerem os resultados finais de cada um.

O conselho é um espaço de diagnóstico do processo educativo que a escola desenvolve e como tal deve ser um juízo sobre a realidade do professor e do aluno, à luz do Marco Operativo das disciplinas, áreas de estudo ou série. Portanto, o conselho faz parte de um processo; isto quer dizer que um conselho de classe deve ter relação com o processo de avaliação de que é parte. Não pode ser ato isolado do contexto educativo.

Conselho de classe supõe, então, que os professores trabalhem o Marco Operativo de sua disciplina, para que possam avaliar seu próprio trabalho, a atuação da turma, dos alunos e propor novas ações, atitudes, rotinas e regras.

Acredito que esse modelo de conselho de classe, pode possibilitar aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática, buscando compreender a relação que os alunos desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas.

### 3.2 ASSEMBLEIA: UM MOMENTO PEDAGÓGICO-PARTICIPATIVO

O conselho de classe como é realizado nas escolas, é motivo de inquietação, pois somente a equipe gestora e professores reúnem-se para discutir todo o processo pedagógico, onde se discutem e compartilham os problemas enfrentados com os alunos em sala de aula, procurando a responsabilidade para as posturas encontradas, excluindo-se da culpa para essas atitudes.

Para se chegar a uma visão mais ampla da aprendizagem e do processo pedagógico, é necessário que esses alunos também se façam ouvir, podendo dar um retorno das atividades e das práticas trabalhadas na escola, num confronto de ideias.

É importante a participação coletiva em todas as ações que a escola desenvolve, proporcionando assim uma constante avaliação da organização escolar, sendo ela atuação dos professores, da equipe gestora, envolvimento de pais, metodologias, recursos, etc.

O conselho de classe participativo torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que professores, direção, coordenação e orientação situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, de modo que seja mais dinâmico e com maior participação da comunidade escolar, através de assembleias onde possam refletir sobre rendimentos dos alunos e da turma e relacionamentos aluno-aluno e aluno-professor.

Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos. (PENIN, 1992, p.90).

É função da escola desenvolver um processo de inovação, compreendendo uma educação reflexiva e participativa, de modo a influenciar as avaliações e a estrutura do conselho de classe, de modo a conceber a transformação dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (LEINDECKER, 2008)

O trabalho pedagógico tem caráter árduo quando se busca uma perspectiva de transformação. Ações reflexivas voltadas à educação, como o conselho de classe participativo, agem como estratégia na pretensão de uma maior qualidade de ensino, estabelecendo comunicação entre todos os envolvidos no processo. De acordo com Dalben:

[...] o conselho de classe, como instancia na organização do trabalho escolar, tem uma razão de ser analisada à luz de suas origens. Tem-se como pressuposto que houve um processo histórico do qual resultou o tipo de relação atual, com base no qual os elementos dessa organização tem-se articulado. Portanto, o repensar a organização do trabalho escolar é condição principal para a análise dos problemas vivenciados no interior da escola, que coletivamente se buscará alternativas para que conduzam ao sucesso do aluno no ensino aprendizagem [...] (DALBEN; 2004 p.21).

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante amplie seu conhecimento, a metodologia de trabalho utilizada, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros

A avaliação escolar e os Conselhos de Classe são elementos para a imprescindível mudança na luta pela democratização do espaço escolar. Precisamos de uma escola comprometida com os reais interesses da população, ou seja, que promova seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, o compromisso com a aprendizagem, o respeito às diferenças individuais, fortalecendo a igualdade de direitos e de condições à justiça, à liberdade, ao diálogo e, portanto, à democracia. Cremos que uma escola engajada na comunidade oportunizará a formação de um sujeito crítico e consciente para enfrentar os desafios que a vida lhe apresentará, contribuindo para a construção de um novo conhecimento, repensando a prática institucionalizada, com o dever de contribuir para um ensino de qualidade (LEINDECKER, 2008, p.5).

Paulo Freire nos diz: “A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo” (p.65).

Dessa forma, conhecer e avaliar profundamente a prática da escola, a história de vida do aluno, a ética, a política do professor, o comprometimento dos pais, a articulação da equipe diretiva, a metodologia e o currículo, para poder nela investir, torna-se uma exigência para o avanço do projeto de redemocratização de nossa sociedade (LEINDECKER, 2008, p. 6).

Leindecker (2008, p. 6) ainda afirma que

Acreditamos que seja possível construir espaços de valorização da diversidade cultural, por meio de um projeto de democratização e inclusão, do diálogo, do reconhecimento dos saberes e dos valores culturais diversificados, que propiciem aos alunos a construção do conhecimento e o fortalecimento de sua cidadania. A desmistificação do Conselho de Classe como sentença final e seu resgate para a compreensão dos universos culturais e o aprimoramento do processo ensino aprendizagem certamente representarão um grande passo nessa direção vez que este tem por objetivo avaliar não só o rendimento escolar do aluno como também o processo ensino-aprendizagem como um todo: conteúdos, metodologia, disciplina, organização, gestão escolar, equipe pedagógica, professores, condições de trabalho, material didático.

O trabalho de preparação para o conselho de classe participativo deve ser desenvolvido em torno de objetivos comuns, sendo momentos em que se deve

repensar o fazer pedagógico, abrindo espaço de reflexão sobre as práticas desenvolvidas, numa perspectiva coletiva.

É indispensável avaliação de fatos essenciais para garantir a assimilação destes para o aprofundamento e construção de novas aprendizagens, mas limitá-la a esses saberes é também limitar-se à avaliação do intelecto; é necessária a preocupação da escola com o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos(...) (MELCHIOR, 2003, p. 18-19).

A participação dos educandos em processos que possam aperfeiçoar sua evolução, deixarão marcas significativas em seu desenvolvimento e na formação de um adulto pleno de consciência do seu lugar na sociedade.

Para a realização desse conselho, dentro do espaço escolar, acontecerão encontros em 3 momentos distintos, onde será colocado em prática a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, por meio de mecanismos de participação, fortalecendo a construção de valores democráticos.

O projeto para um conselho e classe participativo acontecerá em três momentos. No primeiro momento, desenrolar-se-á uma reunião entre os alunos e a sua professora conselheira, para debaterem assuntos relativos a um levantamento de dados do processo de ensino e discussão acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos professores, os resultados das estratégias empregadas pelos professores e análise do desempenho dos estudantes, afim de avaliar coletivamente, sob diversos pontos de vista. Após esse encontro, será preparado um documento pela turma que será levado para o encontro entre todas as turmas (segundo momento). No segundo momento, decorrerá um grande encontro, uma assembleia, no saguão da escola, entre todas as turmas, professores, coordenação e direção (no município não temos orientação). Nesse encontro, todas as turmas terão o direito de expor o resultado do debate realizado anteriormente, na sala de aula, propondo sugestões de aprimoramento para todos os envolvidos no processo, sendo também debatido pelos professores e equipe gestora. Após os dois encontros, acontecerá o terceiro momento, somente entre os professores. Nessa oportunidade, os docentes poderão refletir sobre os encontros anteriores e buscar, em conjunto, alternativas para melhorar, se for o caso, o processo de ensino-aprendizagem.

## CONCLUSÕES

O conselho de classe nos permite discutir elementos para consolidar os resultados obtidos em sala de aula, procurando reflexões sobre o fazer pedagógico, através da busca de um novo rumo a um sistema de avaliação escolar justo e motivador. O processo de ensino-aprendizagem precisa ultrapassar os velhos discursos, buscando situações nas quais o professor faz uma intervenção crítica entre os alunos e o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, procurando estimular a evolução individual e do conjunto, estimulando atitudes de superação dos problemas encontrados.

Se a missão da escola é desenvolver as potencialidades das crianças e transformá-las em cidadãos, a finalidade das avaliações devem ser adaptadas, ajudando os alunos a transpor suas necessidades, buscando modificações nas suas práticas pedagógicas. Os resultados encontrados no conselho de classe podem apontar para uma vulnerabilidade da escola, no que diz respeito ao seu funcionamento, ou seja, por raras vezes acontece uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem do aluno, por seu desempenho e em seu crescimento intelectual, mas é levado em conta apenas o resultado, deixando de lado sua interação pedagógica.

O conselho de classe participativo concebe uma compreensão da prática pedagógica, de modo transformador. Se o método utilizado até os dias atuais revelam repetição, a forma participativa apontará para novos questionamentos e atitudes pedagógicas, que surgirão em resposta aos questionamentos que estarão decorrendo, permitindo um envolvimento entre todos os participantes do processo, chegando a um desfecho, acredito que positivo, pois assim tanto os alunos como a equipe de professores e gestores, conseguirão entender os anseios que norteiam as atitudes e condutas que acontece dentro do ambiente escolar.

A compreensão de que o conselho de classe se torna um momento de construção de conhecimento e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, revelará um amadurecimento por parte dos envolvidos, demonstrando que o objetivo não é apenas avaliar o rendimento escolar, mas todo a evolução. Segundo Freire (1996, p.93),

o educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações. Isso significa, acreditar no sonho de construir uma sociedade justa, humana. E a escola é o espaço e lugar, que tem que ter claro a sua intencionalidade em relação ao tipo de formação que oferece, e que tipo de cidadão deseja formar. E o momento propício para essas mudanças acontecerem é o conselho de classe participativo, por ser o ponto inicial para que sejam realizadas discussões e sejam tomadas decisões sobre o papel que o aluno desempenha dentro do ambiente escolar.

A escola deve abrir-se e trilhar novos rumos, nos quais seus envolvidos enquanto sujeitos históricos sintam-se corresponsáveis pela luta para a transformação desta, para uma escola democrática e menos excludente, menos classificatória. Ser educador é perceber-se um indivíduo capaz de buscar a diferença dentro da escola, questionando e refletindo sobre suas atribuições e suas influências na vida de seus alunos, acreditando ser um sujeito capaz de modificar atitudes, conceitos e aprendizados.

É necessário reconhecer que o processo de gestão democrática deve valorizar o entrosamento entre escola e família, pois ambos são ambientes de aprendizagens e, quanto maior o entrosamento, mais significativos os resultados na formação dos indivíduos. As evoluções das práticas educacionais implicam no desenvolvimento do ambiente pedagógico, onde a busca de objetivos comuns assegura resultados melhores no que se refere à participação dos pais na vida escolar dos filhos e do cotidiano da escola, proporcionando novas perspectivas com o vínculo família-escola, ampliando o comprometimento de ambas em relação ao aluno.

Nessa perspectiva, a busca em conceber o conselho de classe participativo como um lugar democrático, se torna de grande relevância em função de minimizar as dificuldades encontradas nos processos de ensino-aprendizagem, construindo uma escola igualitária e levando nossos alunos na busca de um futuro diferente, com maiores perspectivas de vida.

Assim sendo, percebe-se que o conselho de classe participativo torna-se um lugar democrático, onde acontecem mudanças, oportunizando uma maior conscientização do processo de ensino-aprendizagem, tornando possível o reconhecimento das dificuldades e buscando transpô-las, através do exercício da reconhecendo de suas habilidades e seus obstáculos. O aluno tem a oportunidade de questionar seus resultados, refletindo sobre toda evolução individual e da turma.

Desse modo, o processo representa um avanço na gestão democrática, visto que tal processo transforma, mobiliza e corrobora para nortear novas articulações e torna-se possível a avaliação coletiva, onde os alunos são estimulados ao autoconhecimento, percebendo a formação de cidadãos plenos. Entende-se que a avaliação deve ser pensada em favor de todos, construindo espaços de reconhecimento dos saberes diversificados, favorecendo a participação democrática, com o propósito da formação de uma sociedade justa e solidária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Zedeki F. et al. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. In: EDUCAR EM REVISTA. 37ª Ed. Curitiba: UFPR, 2010. p. 279-291.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em 24 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição do Brasil 1988. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em 24 de setembro de 2018.

CARAGNATO, Rita C. A. Pesquisa Qualitativa: Análise De Discurso Versus Análise De Conteúdo. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

CRUZ, Sonia Mara P. da. PDE 2012. Conselho de Classe Participativo: Uma possibilidade pedagógica de reflexão e análise no enfrentamento à evasão escolar. Disponível em: [http://www.Diaadiaeducacao/portals/cadernosde/pdebusca/produções\\_nde/2012\\_falipar\\_ped\\_sia\\_mara\\_pereira\\_da\\_cruz.pdf](http://www.Diaadiaeducacao/portals/cadernosde/pdebusca/produções_nde/2012_falipar_ped_sia_mara_pereira_da_cruz.pdf). Acesso em 24 de setembro de 2018.

DALBEN, Ângela I. L. F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. UEC. Fortaleza, 2002

FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 6 ed. Petrópolis, 1998.

IABELBERG, Catarina. Conselho de classe: um espaço de reflexão. Revista Gestão Escolar, 2011. Disponível em <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/417/conselho-de-classe-um-espaco-de-reflexao>, acesso em 30 de abril de 2018.

LEINDECKER, Alice Magalhães. Conselho de Classe: Uma Experiência de Participação Democrática na Escola. Disponível em:< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1974-8.pdf>> acesso em 18 de outubro de 2018

LÜCK, Heloisa. Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MORAES, Denise, STELLA, Ivanir e TERUYA, Teresa. O Conselho De Classe Participativo E Sua Materialidade Na Escola Pública. In.: X Congresso Nacional de Educação. PUC/PR. Curitiba, PR. 2011.

MELCHIOR, Maria C. Da Avaliação dos Saberes à Construção de Competências. Porto Alegre, Premier Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Avaliação Institucional da Escola Básica. Porto Alegre, Premier Editora, 2003.

OLIVEIRA, Márcia. O Papel do Conselho de Classe na Escola Pública Atual. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf>, acesso em 30 de abril de 2018;

PARANÁ. Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar. Secretaria de Estado de Educação. Curitiba, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação do Paraná. Conselho de Classe. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, 2016. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>, acesso em 30 de abril de 2018;

PENIN, Sônia T. S. Educação Básica a construção do sucesso escolar. Em Aberto, Brasília, nº 53, 1992.

PEREIRA, Lucila C. Conselho de Classe. 2017, Curitiba/PR. Disponível em <https://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe/>, acesso em 30 de abril de 2018;

PIZOLI, Rita de Cássia. A Função do Conselho de Classe na Organização do Trabalho Pedagógico Escolar. IX EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. PUC/PR, 2009. Disponível em [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3343\\_1498.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3343_1498.pdf), acesso em 30 de abril de 2018.

RICHTER, Cirene S. Conselho De Classe: Um Momento De Reflexão Das Práticas Avaliativas. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, Cornélio Procópio, PR. 2008.

SANDER, Benno. Administração da educação no Brasil: é hora da relevância. Educação Brasileira, Brasília, v. 4, n. 9, p. 8-27, 1982.

\_\_\_\_\_. Política e gestão da educação no Brasil: momentos e movimentos. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 263-276, jul./dez. 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudança por uma práxis transformadora. São Paulo, ed. Libertad, 2009.

VIEIRA, Sofia L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: Revisando Conceitos Simples. IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Rio Grande do Norte, promovidos pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), em Natal, RN, 09 de novembro de 2006.